

# Sumário

Número de notícias: 21 | Número de veículos: 15

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Lira diz que líderes da Câmara rejeitaram alternância com Senado para tramitação de MPs .....3

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Âncora fiscal incluirá todas as despesas .....5

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
SEGURIDADE SOCIAL

Consignado do INSS pode ficar um pouco abaixo de 2%, diz Costa .....7

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
SEGURIDADE SOCIAL

Regra fiscal sai só em abril, afirma Lula ..... 8

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS  
SEGURIDADE SOCIAL

Haddad: arcabouço terá transição entre regras para recompor gastos de Saúde e Educação ..... 10

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
SERVIDOR PÚBLICO

Governo cria cota de 30% para negros em cargo de confiança .....13

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária tem resistência ..... 15

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Pesos-pesados da economia defendem queda de juros - MERCADO S/A ..... 16

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Tributária tem potencial para elevar PIB em até 20%, calcula economista ..... 18

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Appy fala em ganho de arrecadação para todos os Estados ..... 19

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Haddad diz que âncora deve ser enviada ao Congresso com LDO ..... 20

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Appy admite mais de uma alíquota para futuro IVA .....22

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL  
REFORMA TRIBUTÁRIA

"Governo deve assumir parte do risco da reforma" ..... 24

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

A PEC da exploração da fé (Editorial) ..... 28

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Tarcísio estuda reformar Constituição para poder editar medidas provisórias..... 29

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Como crise em bancos regionais pode levar EUA à recessão..... 30

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA  
ECONOMIA

Remédios vão ficar mais caros em abril..... 32

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
ECONOMIA

BC deve manter juros na reunião de hoje, apesar de pressão de Lula..... 34

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES  
ECONOMIA

O mistério sobre a âncora fiscal (Editorial)..... 36

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
ECONOMIA

Mercado prevê Selic mantida em 13,75% e corte só no 2º semestre..... 37

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
ECONOMIA

Lula afirma que vai "continuar batendo" para baixar o juro..... 39

# Lira diz que líderes da Câmara rejeitaram alternância com Senado para tramitação de MPs

*lander Porcella*

BRASÍLIA - O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), afirmou na noite desta terça-feira, 21, que os líderes partidários da Casa rejeitaram dividir com o Senado a prerrogativa constitucional de iniciar a tramitação das medidas provisórias editadas pelo governo. As comissões mistas que analisavam as MPs antes da pandemia, segundo Lira, eram uma fábrica de jabutis. No jargão legislativo, jabutis são dispositivos inseridos na tramitação de uma proposta sem relação direta com o tema do texto principal.

Lira havia sugerido um acordo para acabar com as comissões mistas de análise das MPs. Pela proposta, as medidas iriam direto para o plenário, com alternância entre as duas Casas para o início da tramitação.

O presidente da Câmara afirmou que recebeu na sexta-feira, 17, o texto de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) elaborada pelo Senado com o que ele havia proposto para a tramitação das MPs. Lira havia concordado com a minuta, mas os líderes rejeitaram os termos, principalmente após o Senado, segundo ele, querer emplacar mais vantagens, além da alternância para o início da tramitação.

Não ser a Casa iniciadora (da tramitação das MPs) é ponto pacífico que os líderes não aceitam. E eu não vou contra os líderes, disse o presidente da Câmara a jornalistas, durante um jantar de comemoração do aniversário de um ano do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse), organizado pelo líder do PSB na Câmara, Felipe Carreras (PSB-PE).

Se o Senado quiser dividir (aprovação de) indicação do STF, se o Senado quiser dividir (aprovação de indicação ao) STJ, embaixada, agência, a gente faz a alternância. A gente sabatina um, eles sabatinam outro, emendou Lira, em referência a prerrogativas constitucionais que são dos senadores. Cabe aos representantes dos Estados, conforme a Constituição, sabatar e aprovar nomes de autoridades indicadas pelo presidente da República para compor Cortes superiores, postos da diplomacia e cargos em

agências reguladoras.

A Constituição e o Regimento Interno do Congresso determinam que as MPs editadas pelo presidente precisam ser analisadas em comissões mistas compostas por deputados e senadores de forma paritária. O colegiado é responsável por emitir um parecer sobre a medida antes de ela ir à votação nos plenários das duas Casas - sempre primeiro na Câmara e depois no Senado.

Em 2020, contudo, em meio à pandemia de covid-19, o Congresso definiu que as MPs poderiam ir direto ao plenário, sem a necessidade de passar antes por comissão mista. A determinação ainda está em vigor, apesar do fim da emergência sanitária. No entanto, no começo de fevereiro, a Mesa Diretora do Senado decidiu retomar a análise das MPs nos colegiados.

A decisão, no entanto, não foi ratificada pela Câmara, o que gerou ruído entre Lira e o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). O senador Alessandro Vieira (PSDB-SE) chegou a acionar o Supremo Tribunal Federal (STF).

Aquilo era realmente uma fábrica de jabutis, de parlamentares que se arvoravam para cada um colocar uma alteração numa medida provisória, disse Lira, sobre os colegiados. O próprio governo é contra as comissões mistas. O governo não aprova nenhuma medida provisória em comissão mista, afirmou.

Dentre as MPs editadas pelo governo que estão travadas diante do impasse entre Câmara e Senado está a que retoma o voto de desempate a favor da **Receita Federal** no Conselho de Administração de Recursos Fiscais (**Carf**); a que reestrutura a Esplanada dos Ministérios; a do Minha Casa, Minha Vida; a do novo Bolsa Família; e a dos combustíveis, que reonerou de forma parcial a gasolina e o etanol e estabeleceu um imposto sobre a exportação de óleo cru por quatro meses.

Lira havia sugerido um acordo para acabar com as comissões mistas de análise das MPs. Pela proposta, as medidas iriam direto para o plenário, com alternância entre as duas Casas para o início da

tramitação.

O presidente da Câmara afirmou que recebeu na sexta-feira, 17, o texto de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) elaborada pelo Senado com o que ele havia proposto para a tramitação das MPs. Lira havia concordado com a minuta, mas os líderes rejeitaram os termos, principalmente após o Senado, segundo ele, querer emplacar mais vantagens, além da alternância para o início da tramitação.

Não ser a Casa iniciadora (da tramitação das MPs) é ponto pacífico que os líderes não aceitam. E eu não vou contra os líderes, disse o presidente da Câmara a jornalistas, durante um jantar de comemoração do aniversário de um ano do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse), organizado pelo líder do PSB na Câmara, Felipe Carreras (PSB-PE).

Se o Senado quiser dividir (aprovação de) indicação do STF, se o Senado quiser dividir (aprovação de indicação ao) STJ, embaixada, agência, a gente faz a alternância. A gente sabatina um, eles sabatinam outro, emendou Lira, em referência a prerrogativas constitucionais que são dos senadores. Cabe aos representantes dos Estados, conforme a Constituição, sabatar e aprovar nomes de autoridades indicadas pelo presidente da República para compor Cortes superiores, postos da diplomacia e cargos em agências reguladoras.

A Constituição e o Regimento Interno do Congresso determinam que as MPs editadas pelo presidente precisam ser analisadas em comissões mistas compostas por deputados e senadores de forma paritária. O colegiado é responsável por emitir um parecer sobre a medida antes de ela ir à votação nos plenários das duas Casas - sempre primeiro na Câmara e depois no Senado.

Em 2020, contudo, em meio à pandemia de covid-19, o Congresso definiu que as MPs poderiam ir direto ao plenário, sem a necessidade de passar antes por comissão mista. A determinação ainda está em vigor, apesar do fim da emergência sanitária. No entanto, no começo de fevereiro, a Mesa Diretora do Senado decidiu retomar a análise das MPs nos colegiados.

A decisão, no entanto, não foi ratificada pela Câmara, o que gerou ruído entre Lira e o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). O senador Alessandro Vieira (PSDB-SE) chegou a acionar o Supremo Tribunal Federal (STF).

Aquilo era realmente uma fábrica de jabutis, de parlamentares que se arvoravam para cada um colocar uma alteração numa medida provisória, disse

Lira, sobre os colegiados. O próprio governo é contra as comissões mistas. O governo não aprova nenhuma medida provisória em comissão mista, afirmou.

Dentre as MPs editadas pelo governo que estão travadas diante do impasse entre Câmara e Senado está a que retoma o voto de desempate a favor da **Receita Federal** no Conselho de Administração de **Recursos Fiscais (Carf)**; a que reestrutura a Esplanada dos Ministérios; a do Minha Casa, Minha Vida; a do novo Bolsa Família; e a dos combustíveis, que reonerou de forma parcial a gasolina e o etanol e estabeleceu um imposto sobre a exportação de óleo cru por quatro meses.

**Site: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/lira-diz-que-lideres-da-camara-rejeitaram-alternancia-com-senado-para-tramitacao-de-mps,e3567d05de7d098f7f6e147064067955ztcodamt.html>**

# Âncora fiscal incluirá todas as despesas



» ROSANA HESSEL

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, garantiu que o atraso na divulgação do novo arcabouço fiscal para abril não vai prejudicar as negociações da nova regra e adiantou que a proposta terá um mecanismo de transição para acomodar gastos e vinculações constitucionais de despesas com saúde e educação, que ainda precisa ser ajustado.

"Isso não prejudica em nada o nosso cronograma. O mais importante é o governo estar em torno de uma proposta", afirmou o ministro, ontem à noite, a jornalistas, na saída do gabinete, após mais uma agenda lotada de reuniões. Pela manhã, em entrevista ao portal 247, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) disse que só vai decidir sobre o arcabouço fiscal após a viagem dele à China e aos Emirados Árabes Unidos, a partir do dia 26.

"Em função disso, ficou prejudicada uma reunião com ele (Lula) para levar o resultado dos detalhes pedidos (sobre o arcabouço fiscal). Eu acho que (a proposta) está avançada e não vejo razão para preocupação, de verdade", acrescentou.

Haddad bem que tentou, várias vezes, antecipar o anúncio da nova âncora fiscal como forma de sinalizar ao mercado e ao Banco Central - cujo Comitê de Política Monetária (Copom) vem fazendo vários alertas sobre o risco fiscal e se reúne, hoje, para definir o futuro da taxa básica da economia (Selic) - que está comprometido com a responsabilidade nas contas públicas.

A nova regra terá como objetivo recuperar a confiança do mercado na capacidade do governo em equilibrar as contas públicas, pois a âncora fiscal vigente - o teto de gastos - vem sendo ampliada anualmente desde 2019. Neste ano, o aumento das despesas fora do teto previsto na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição contribuiu para que a previsão do rombo fiscal do Orçamento deste ano passasse de R\$ 63,7 bilhões para R\$ 231,6 bilhões.

## Marco das PPPs

Na segunda-feira, o chefe da equipe econômica, que viajará com Lula para a China, ainda tinha esperança de o presidente decidir sobre o arcabouço antes da viagem. Mas, após as reuniões do ministro com os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (União-MG), ficou combinado o adiamento do anúncio da proposta para abril. O prazo limite, segundo Haddad, será o dia 15, mesma data para a entrega do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2023 ao Congresso Nacional.

De acordo com o ministro da Fazenda, a equipe econômica está ajustando o texto do arcabouço e do mecanismo de transição das vinculações constitucionais para atender aos pedidos do presidente Lula. O ministro contou que não participou da reunião da Junta de Execução Orçamentária (JEO), na Casa Civil, marcada para a manhã de ontem, porque ficou esperando por quase uma hora. "Eu tinha outros compromissos.

Cheguei às 8h30 e saí às 9h20, porque tinha uma reunião às 9h30", contou, com naturalidade, acrescentando que deixou, como representante, o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron.

O informou que os técnicos da pasta também estão trabalhando na conclusão do novo marco regulatório das parcerias público-privadas (PPPs), outro pedido feito por Lula. "Eu pedi para o Tesouro e a para PGFN (Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional) para acelerarem a questão do marco das PPPs, porque a gente pretende apresentar um processo de aceleração do investimento, sobretudo, quando tem a chancela do público e do privado. Isso nos dá conforto para alavancar os investimentos", disse o ministro. Ele não precisou se o anúncio do marco das PPPs ocorrerá junto com o do arcabouço ou em separado.

"As concessões não precisam de investimento público,

estão fora dessa conta. Mas as PPPs são uma estratégia de alavancagem para os investimentos do país", emendou.

#### Transição

A proposta do novo arcabouço fiscal para substituir a emenda do teto de gastos não precisará ser feita com mudanças na Constituição, de acordo com o ministro. Ele destacou que a matéria será encaminhada ao Congresso via projeto de lei complementar, que exige a aprovação da maioria absoluta das duas Casas, ou seja, 41 senadores e 257 deputados. "A lei complementar resolve o problema", assegurou. Ele destacou que a Constituição prevê que essa lei desativará automaticamente a regra do teto. Os mínimos constitucionais da receita corrente líquida da União para a saúde e educação são de 15% e 18%, respectivamente.

O arcabouço, contudo, deverá prever um mecanismo de transição para recompor as perdas ocorridas com a regra do teto desde a sua aprovação com as vinculações constitucionais de gastos com saúde e educação.

"Tem uma regra na Constituição e na lei do teto de gastos. Nós precisamos verificar se, na transição de um modelo para outro, como vamos acomodar isso também, porque vai voltar a ter vigência da Constituição, tal como ela foi promulgada em 1988. E a regra do teto mudou completamente isso, porque era uma regra muito rígida e retirou muitos recursos da saúde e da educação", afirmou. O ministro explicou que, agora, a equipe está procurando desenhar uma transição para novo arcabouço "que contemple a reposição das perdas dos dois setores". "Todos os gastos vão estar dentro da regra.

Então, nossa intenção é uma regra simples que possa ser acompanhada com muita facilidade por nós", acrescentou.

O líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), assim como Haddad, minimizou o fato de Lula ter adiado o anúncio do arcabouço. O parlamentar elogiou a proposta e disse estar confiante na aprovação do Congresso, tanto pela base governista quanto pela oposição.

"Não atrapalha (o adiamento).

Eu estou muito convencido de que essa proposta não é de governo nem de oposição. É uma proposta do Brasil. Tem uma regra que estabelece que não pode gastar mais do que arrecada, não pode gastar mais que a receita. É uma necessidade da Nação", afirmou.

Ao ser questionado sobre a polêmica do novo teto para os empréstimos consignados para aposentados do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), que foi reduzido de 2,14% para 1,70% ao mês, Haddad contou que será preciso instalar um grupo de trabalho para, na próxima sexta-feira, apresentar os primeiros resultados para uma taxa intermediária, mas não revelou o valor. Os bancos, que suspenderam as operações, estão pedindo uma taxa de 1,9%, mas é possível, segundo fontes da pasta, encontrar um consenso entre 1,9% e 2%.

"Todos os gastos vão estar dentro da regra. Então, nossa intenção é uma regra simples que possa ser acompanhada com muita facilidade por nós" Fernando Haddad, ministro da Fazenda

#### Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/03/22/all.pdf>

# Consignado do INSS pode ficar um pouco abaixo de 2%, diz Costa

O ministro-chefe da Casa Civil, Rui Costa, disse nesta terça-feira (21) que o teto da taxa de juros do crédito consignado do **INSS** deve ficar um pouco abaixo de 2%.

O valor é intermediário ao patamar atual, de 1,70%, adotado após corte na semana passada, e o patamar anterior, de 2,14%.

"Todos nós vamos tentar buscar, ouvindo o mercado, Banco do Brasil e Caixa, um número que seja inferior a 2,14%", disse o ministro, em entrevista à GloboNews. Segundo ele, o novo índice "será superior a 1,7%, porque o próprio BB e a Caixa dizem que esta taxa não torna rentável o empréstimo".

Em seguida, questionado se o teto poderia ser de até 2%, Rui Costa disse: "Talvez um pouco menos do que isso". O chefe da Casa Civil também se queixou do crédito rotativo a aposentados, por terem taxas de juros maiores.

O tema, que foi alvo de ruídos no governo, foi debatido em reunião no Palácio do Planalto na segunda-feira (20). A Folha havia antecipado que era citada como factível, por pessoas a par das conversas, uma faixa para o teto entre 1,9% e 2%.

**Site:**

**<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50223>**

# Regra fiscal sai só em abril, afirma Lula

**João Valadares e Estevão Tair De São Paulo**

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) frustrou expectativas do mercado ao anunciar ontem que é necessário debater um pouco mais o novo marco fiscal.

Alegando que não precisa ter a pressa do setor financeiro, o presidente comunicou que as regras que vão substituir o atual teto de gastos, embora já estejam maduras, só vão ser apresentadas após retorno da viagem que faz à China, de 26 a 31 de março.

A expectativa é de que Lula só retorne ao Brasil no dia 2 de abril, após visita a Abu Dhabi, nos Emirados Árabes Unidos. Inicialmente, o governo tinha a intenção de apresentar as novas regras até o fim desta semana.

Em entrevista ao portal Brasil 247, o petista destacou que não seria prudente anunciar o arcabouço e viajar para a China. Segundo ele, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, precisa debater com vários setores depois que as regras forem tornadas públicas.

"O Haddad não pode comunicar uma coisa e sair. Percebe? Seria estranho", disse. "O Haddad tem que anunciar e ficar aqui para debater, para responder, para dar entrevista, para conversar com o sistema financeiro, com a Câmara, com o Senado, com outros ministros, com empresários." Haddad tem dito que, após apresentação do marco fiscal ao presidente Lula, feita na sexta-feira da semana passada, restam apenas alguns detalhes. A ideia de Lula é esgotar todas as possibilidades de ajuste antes da divulgação para evitar desgastes públicos.

Existe também a preocupação para impedir possíveis embates entre Haddad e ministros da área social, que defendem regras menos rigorosas para que seja ampliado o escopo de investimento do governo.

Depois de dizer que vai conversar com Haddad 24 horas sobre o arcabouço durante a viagem à China, o presidente salientou que é preciso ter bastante cuidado porque não pode faltar recursos para educação e saúde.

Mas o líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), afirmou também ontem que o novo arcabouço fiscal "não faz excepcionalização" de despesas de setores

específicos.

Randolfe disse que a informação foi repassada a ele pelo próprio Haddad. A afirmação foi feita depois de o senador participar de reunião com o ministro e ter sido questionado por jornalistas se educação e saúde estariam debaixo do novo arcabouço.

Outra diretriz, de acordo com o senador, é "que não se gaste mais do que se arrecada".

Pressionado para que regras sejam estabelecidas o quanto antes, Lula voltou a ressaltar feitos do seu governo na área fiscal. "Tínhamos uma dívida externa de R\$ 30 bilhões e pagamos a dívida com o Fundo Monetário Internacional", lembrou. "Não preciso que venha um banqueiro me cobrar responsabilidade", disse.

Lula aproveitou a ocasião para elogiar Haddad, dizendo que foi o melhor ministro da Educação que o Brasil já teve e que é competente para fazer o que tem que ser feito.

"Haddad convive com outro segmento da sociedade que eu não convivo. Ele é obrigado a conversar com banqueiros e investidores", frisou. Na sequência, ressaltou que o ministro pensa igual ao governo e que vai ajudar a resolver os problemas econômicos do país.

Sem citar nominalmente o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, o presidente voltou a atacá-lo. Afirmou que ele não tem compromisso com os dispositivos da lei de autonomia da autoridade monetária.

Lula destacou ser absurda a taxa de juros de 13,75% no momento em que há desemprego crescente e pessoas passando fome.

As declarações do presidente ocorreram no primeiro dia da reunião do Comitê de Política Monetária (Copom).

"O presidente não pode ficar xingando toda hora porque tenho outras coisas para fazer. É irresponsabilidade do Banco Central manter a taxa de juros a 13,75%", afirmou. "Só quem concorda com juros altos é o sistema financeiro, que vive disso. Eu vou continuar batendo, vou continuar tentando brigar para que a gente possa reduzir a taxa de juros para que a economia possa voltar a ter investimento." Ainda

durante a entrevista, Lula criticou duramente a privatização da Eletrobras, a qual classificou de "loucura". Disse que a venda foi feita de uma forma para proibir que o governo retome o controle e que vai entrar Justiça para questionar a privatização.

"O que foi feito na Eletrobras foi um crime de lesa-pátria. Você privatizou uma empresa daquele porte e utilizou o dinheiro para quê? Eles venderam por R\$ 36 bilhões, o dinheiro foi usado para pagar a dívida pública e não há sinal de que o preço da energia vai baixar para o povo." Sobre a Petrobras, Lula destacou que conversou com o presidente, Jean Paul Prates, para suspender a venda de ativos da empresa.

"Não tem condições de continuar vendendo", reclamou.

"Obviamente que as pessoas já tinham feito contrato com algumas coisas. Tudo isso tem uma briga jurídica que a gente quer resolver e vamos resolver na política e não na jurídica", ressaltou.

O presidente também tratou, na entrevista, da questão referente à redução do teto da taxa de juros do crédito consignado do Instituto Nacional do Seguro Social).

Ele defendeu a diminuição da taxa, mas destacou que a forma do anúncio, feito pelo ministro da **Previdência Social**, Carlos Lupi (PDT), foi errada.

"Era preciso ter feito um acerto para anunciar uma medida que envolvesse a Fazenda, o Planejamento, os bancos públicos e os bancos privados." Na semana passada, durante reunião ministerial, Lula deu uma reprimenda pública em ministros que comunicam ações de governo sem antes passar pelo crivo da Casa Civil.

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187498>

# Haddad: arcabouço terá transição entre regras para recompor gastos de Saúde e Educação

**Rosana Hessel**

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, informou que a proposta da regra do arcabouço fiscal terá um mecanismo de transição "para acomodação dos gastos e vinculações constitucionais de despesas com Saúde e Educação", mas que ainda precisa ser ajustado. Segundo ele, os técnicos do governo estão fazendo as contas para realizar os reajustes que podem ser feitos com o novo regulamento, a fim de recuperar as perdas .

Haddad garantiu que o atraso na divulgação do novo arcabouço fiscal para abril não vai prejudicar as negociações da nova regra. "Isso não prejudica em nada o nosso cronograma. O mais importante é o governo estar em torno de uma proposta", afirmou o ministro, na noite desta terça-feira (21/3), aos jornalistas, na saída do gabinete, após mais uma agenda lotada de reuniões, ao ser questionado sobre o assunto.

O chefe da equipe econômica de Lula bem que tentou, várias vezes, antecipar o anúncio do novo arcabouço fiscal como forma de dar uma sinalização para o mercado e o Banco Central - cujo Comitê de Política Monetária (Copom) vem fazendo vários alertas sobre o risco fiscal e se reúne, nesta quarta-feira (22/3), para definir o futuro da taxa básica da economia (Selic) -, de que está comprometido com a responsabilidade nas contas públicas.

O novo arcabouço fiscal terá como objetivo recuperar a confiança do mercado na capacidade do governo em equilibrar as contas públicas, pois a única âncora vigente, o teto de gastos, vem sendo ampliado anualmente desde 2019. Neste ano, o aumento das despesas fora do limite do teto previsto na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição, contribuindo para que a previsão do rombo fiscal do Orçamento deste ano passasse de R\$ 63,7 bilhões para R\$ 231,6 bilhões.

Como a nova regra fiscal precisará pelo Congresso, analistas do mercado só devem considerar nas projeções algum efeito a partir do segundo semestre, quando a maioria dos agentes financeiros esperam

que o Banco Central comece um novo ciclo de queda da Selic, mas bem gradual.

Lei complementar

De acordo com Haddad, a proposta do novo arcabouço fiscal para substituir a emenda do teto de gastos não precisará ser feita em formato de uma nova Proposta de Emenda Constitucional (PEC), de acordo com o ministro. Ele destacou que a matéria será encaminhada ao Congresso via um Projeto de Lei Complementar, que exige a aprovação da maioria absoluta das duas Casas, ou seja, 41 senadores e 257 deputados. "A Lei Complementar resolve o problema", afirmou. Ele destacou que a Constituição prevê que essa Lei Complementar desativará a regra do teto. Os mínimos constitucionais da receita corrente líquida da União para a Saúde e Educação são de 15% e 18%, respectivamente.

O arcabouço, contudo, deverá prever um mecanismo de transição para recompor as perdas ocorridas com a regra do teto desde a sua aprovação com as vinculações constitucionais de gastos com Saúde e Educação, segundo o ministro. "Tem uma regra na Constituição e na regra do teto de gastos. Nós precisamos verificar se, na transição do modelo para outro, como é que vamos acomodar isso também, porque vai voltar a ter vigência da Constituição, tal como ela foi promulgada em 1988. E a regra do teto mudou completamente isso, porque era uma regra muito rígida e retirou muitos recursos da Saúde e da Educação", afirmou.

Haddad explicou que, agora, a equipe está procurando desenhar uma transição para para novo arcabouço "que contemple a reposição das perdas dos dois setores". "Todos os gastos vão estar dentro da regra. Então, nossa intenção, uma regra simples que possa ser acompanhada com muita facilidade por nós, quando se fala em transição, é para recuperar de alguma maneira o passado", acrescentou.

De acordo com o ministro da Fazenda, a equipe econômica está fazendo ajustes no texto do arcabouço e no mecanismo de transição das vinculações constitucionais para atender aos pedidos do

presidente Lula. O ministro contou que não participou da reunião da Junta de Execução Orçamentária (JEO), na Casa Civil, marcada para a manhã de ontem, porque ficou esperando quase uma hora. "Eu tinha outros compromissos. Cheguei às 8h30 e saí às 9h20, porque tinha uma reunião às 9h30", contou, com naturalidade, acrescentando que deixou, como representante, o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron.

#### Viagem estendida

Pela manhã, em entrevista ao portal 247, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) disse que só vai decidir sobre o arcabouço fiscal após a viagem dele à China, que ocorre entre os dias 26 e 31 deste mês e, será ampliada, em mais um dia, devido à escalada na volta em Abu Dhabi, nos Emirados Árabes Unidos e, com isso, o retorno de Lula ao Brasil ocorrerá apenas em 1º de abril.

"O presidente está viajando agora e depois. Em função disso, ficou prejudicada uma reunião com ele para levar o resultado dos detalhes pedidos (sobre o arcabouço). Mas eu estou tranquilo em relação à área técnica dos quatro ministérios da área econômica e da Casa Civil. Eu acho que (a proposta) está avançada e não vejo razão para preocupação, de verdade", afirmou o ministro aos jornalistas.

Mais cedo, após encontro com Haddad, o líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), minimizou o fato de Lula ter adiado o anúncio do arcabouço. O parlamentar elogiou a proposta do arcabouço e disse estar confiante para que a nova regra seja aprovada, tanto pela base governista quanto pela oposição. "Não atrapalha (o adiamento). Eu estou muito convencido de que essa proposta não é de governo, nem de oposição. É uma proposta do Brasil. Tem uma regra que estabelece que não se pode gastar mais do que arrecada, não se pode gastar mais que a receita. É uma necessidade da nação", afirmou.

Na segunda-feira, o chefe da equipe econômica, ainda tinha esperança de o presidente decidir sobre o arcabouço antes da viagem. Mas após as reuniões do ministro com os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (União-MG), ambos combinaram em deixar o anúncio para abril, e, durante a viagem ao país asiático, terem tempo de discutirem melhor sobre o assunto. O prazo limite para o envio da proposta, segundo o Haddad, será o dia 15, mesma data para a entrega do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2023 ao Congresso Nacional.

#### Marco para PPPs

O ministro contou que os técnicos da pasta também estão trabalhando para na conclusão do novo marco regulatório para as Parcerias Público-Privadas (PPPs), outro pedido feito por Lula, quando ele apresentou o arcabouço fiscal, na última sexta-feira.

"Eu pedi ao Tesouro e à PGFN (Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional) para acelerarem a questão do marco das PPPs, porque a gente pretende apresentar um processo de aceleração do investimento, sobretudo, quando tem a chancela do público e do privado. Isso nos dá conforto para alavancar os investimentos", disse o ministro. Ele, contudo, não precisou se o anúncio do marco das PPPs ocorrerá junto com o do arcabouço ou em separado. "As concessões não precisam de investimento público, então, então, fora dessa conta. Mas as PPPs são uma estratégia de alavancagem para os investimentos do país", emendou.

#### Consignado do INSS

Ao ser questionado sobre a polêmica do novo teto para os empréstimos consignados para aposentados do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), que foi reduzido de 2,14% para 1,70% ao mês, na semana passada, Haddad contou que será preciso instalar um grupo de trabalho para, na próxima sexta-feira, apresentar os primeiros resultados para uma taxa intermediária, mas não revelou o valor.

Fontes da pasta informaram que os bancos privados, que suspenderam as operações e foram seguidos pela Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil, estão pedindo uma taxa de 1,9%, mas é possível encontrar um consenso entre 1,9% e 2%.

O presidente da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Isaac Sidney, esteve reunido com o secretário-executivo da Fazenda, Gabriel Galípolo, para tratar da questão do consignado. Ele prevê que o novo percentual para o teto do consignado deverá ser definido na definido na sexta.

#### Notícias pelo celular

Receba direto no celular as notícias mais recentes publicadas pelo Correio Braziliense. É de graça. Clique aqui e participe da comunidade do Correio, uma das inovações lançadas pelo WhatsApp.

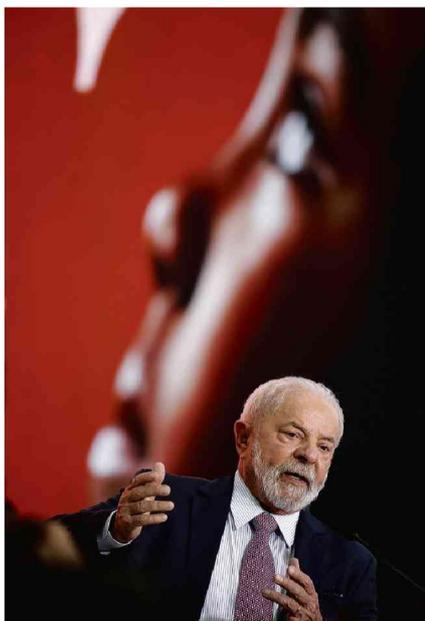
#### Dê a sua opinião

O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores. As mensagens devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome, endereço e telefone para o e-mail [sredat.df@dabr.com.br](mailto:sredat.df@dabr.com.br).

**Site:**

**<http://www.correio braziliense.com.br/economia/2023/03/5082013-haddad-arcahouco-tera-transicao-entre-regras-para-recompor-gastos-de-saude-e-educacao.html>**

# Governo cria cota de 30% para negros em cargo de confiança



O presidente Luiz Inácio Lula da Silva em cerimônia no Planalto. Pedro Ladeira/Folhapress

**Marianna Holanda e Renato Machado Brasília**

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) assinou, nesta terça (21), decreto que estabelece cota para pessoas negras em, no mínimo, 30% dos cargos comissionados e de confiança no governo federal. A medida faz parte de um pacote anunciado durante cerimônia no Planalto pela ocasião dos 20 anos de políticas de igualdade racial.

De acordo com a Secretaria de Comunicação da Presidência (Secom), o critério será de autodeclaração de pretos e pardos, conforme o quesito cor ou raça usado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e que possuem traços fenotípicos que as caracterizem como de cor preta ou parda.

O texto estabelece escalonamento para que, até 31 de dezembro de 2025, 30% dos Cargos Comissionados Executivos (CCE) e Funções Comissionadas Executivas (FCE) na Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, sejam ocupados por pessoas negras.

Anielle Franco (Igualdade Racial) disse que o patamar está abaixo de 5%. Sua pasta, com o Ministério da Gestão, estabelecerá metas intermediárias ano a ano até 2025.

"A gente colocou uma meta de 30%, porque a gente

sabe e acha que é alcançável. A gente ainda está elaborando todos os acréscimos do decreto, mas ainda não falou sobre isso [como fiscalizar o cumprimento]", disse a jornalista, após o evento.

A porcentagem será para todos os cargos FCE e CCE, não por ministério ou órgão. Além disso, o texto tratará sobre o preenchimento efetivo das vagas, para evitar que ocorra a reserva, mas o não preenchimento, como em outros casos de cotas.

O decreto também determina, segundo a Secom, que em caso de denúncia ou suspeita de irregularidade na autodeclaração será constituída uma comissão para apurar os fatos.

Para fins do disposto na norma, consideram-se pessoas negras as que se autodeclaram pretas e pardas, conforme o quesito cor ou raça usado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e que possuem traços fenotípicos que as caracterizem como de cor preta ou parda.

Dados do Atlas do Estado Brasileiro, do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), mostram que, até 2013, pretos e pardos representavam no máximo 32,3% dos novos funcionários públicos a cada ano. O percentual subiu para 37,5% em 2015, logo após a sanção da lei de cotas e alcançou 43,5% em 2020, dado mais recente disponível.

Conforme mostrou a Folha, o governo também discute uma versão ampliada da lei de cotas no funcionalismo, que expira em junho de 2024 sob o diagnóstico de que seus efeitos ficaram aquém do esperado. A intenção é promover uma transformação do serviço público federal, que ainda hoje é formado por uma maioria branca -sobretudo em cargos de maior remuneração.

Também foi anunciada nesta terça a concessão de cinco títulos de terra a três comunidades quilombolas, como a Folha havia antecipado.

As comunidades beneficiárias aguardam há mais de uma década pelo avanço em sua titulação: Brejo dos Crioulos, em Minas Gerais, e Lagoa dos Campinhos e Serra da Guia, em Sergipe. Integrantes desses grupos estarão no Planalto para participar da cerimônia.

No primeiro ano do governo de Jair Bolsonaro (PL)

apenas três comunidades receberam títulos -ele era crítico de quilombos e prometeu em sua campanha não demarcar um centímetro de terra. Entre 2020 e 2022, mais cinco comunidades foram contempladas, segundo dados do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) atualizados ao fim do mandato.

Além disso, também foi assinado o decreto que reedita o Brasil Quilombo, do segundo governo Lula, como Aquilombola Brasil.

**Site:**

**<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50223>**

# Reforma tributária tem resistência

» **HENRIQUE LESSA**

O secretário especial para **Reforma Tributária** do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, segue na estratégia de apresentar e negociar a proposta gestada pelo governo, mas a medida encontra resistência em diversos setores que temem a ampliação na carga tributária de alguns segmentos da economia.

Em almoço com a Frente Parlamentar do Empreendedorismo (FPE), ontem, Appy respondeu perguntas de parlamentares e empresários e, apesar do consenso quanto à necessidade da reforma, representantes de entidades empresariais, em especial dos setores de serviços, como educação e saúde, indicaram que a mudança pode ampliar as alíquotas hoje cobradas.

Segundo Marun David Cury, da Associação Paulista de Medicina, há risco de "impacto violento" no setor. "Hoje, quando o médico emite uma nota fiscal, recolhe em torno de 5% a 6%, e vai passar a recolher 25%. Isso vai causar desabastecimento de serviços de saúde, migração para o SUS, que já não suporta mais, além do fechamento de clínicas", defendeu o médico.

Já para Emerson Casali, da Federação Nacional das Escolas Particulares, a proposta deve tratar de forma diferenciada o setor de educação. "A maior carga tributária do setor hoje na faixa de 12%, isso iria para 25%, acho que o secretário está bastante sensível a necessidade de um tratamento diferenciado do setor", declarou.

Appy assegurou que a proposta defendida pelo governo deve ter um impacto fiscal neutro.

**Site:**

**<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/03/22/all.pdf>**

# Pesos-pesados da economia defendem queda de juros - MERCADO S/A



## AMAURI SEGALLA

A cantilena do presidente Lula em prol do corte da taxa Selic tem recebido o apoio de economistas de peso. Ontem, o americano Jeffrey Sachs, professor da Universidade de Columbia e diretor do Centro para o Desenvolvimento Sustentável, afirmou, em evento promovido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que o Brasil é "punido por juros altíssimos" e que o momento não é de austeridade fiscal, mas de aumento dos investimentos públicos. Na última segunda-feira, também em encontro organizado pelo BNDES, outro americano, o vencedor do Prêmio Nobel de Economia Joseph Stiglitz, classificou a taxa básica brasileira de juros como "chocante" e que ela é capaz de "matar qualquer economia." Hoje, o Copom decidirá os rumos da política monetária, mas é improvável que os juros caiam neste momento. Pelo visto, o presidente Lula deverá continuar reclamando ainda por um bom tempo.

De novo, Lula fala em reestatizar Eletrobras

A Eletrobras, maior companhia elétrica da América Latina, será reestatizada?

Se depender da vontade do presidente Lula, a resposta é sim. Em entrevista à TV 247, Lula disse esperar que o Estado retome o controle da empresa - ele classificou a privatização como "um crime de lesa-pátria". Contudo, não será tarefa fácil. O Estatuto da Eletrobras prevê que, se o governo quiser recomprar ações, será obrigado a pagar o triplo da maior cotação dos papéis nos últimos dois anos. É muito dinheiro.

Pesquisa revela papel relevante do terceiro setor na economia

Uma pesquisa realizada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) e coordenada pela Sitawi Finanças do Bem identificou o impacto do terceiro setor na economia brasileira. De acordo com o levantamento, que será divulgado hoje, as organizações sociais geram cerca de 171 mil postos de trabalho remunerados no Distrito Federal, o que representa 11,37 % do total de ocupações no ente federativo. Em Minas Gerais, são 760 mil empregos, o equivalente a 6,81% do total de ocupações no Estado.

Para ChatGPT, Petrobras e Vale são boas empresas para investir

Vem aí um rival de peso para o ChatGPT, a inteligência artificial que responde perguntas objetivas e escreve textos: o Bard, criado pelo Google e apresentado oficialmente ontem. Afinal, esses mecanismos funcionam? A Coluna perguntou para o ChatGPT quais são as melhores ações para investir na Bolsa. Eis a resposta do robô: "Petrobras, Vale, Itaú Unibanco, Alpargatas, Gerdau, Riachuelo e BRF são empresas com estratégias sólidas e histórico financeiro saudável." Não está tão errado assim.

R\$ 2,5 BILHÕES foi quanto o mercado fonográfico brasileiro arrecadou em 2022. Segundo a Pro-Música, entidade que representa as principais gravadoras e produtoras fonográficas, o número representa um salto de 15,4% em relação ao ano anterior. O streaming impulsionou o segmento.

"O Brasil tem o pior sistema de tributação do consumo e estamos diante da maior oportunidade para pôr fim a esse caos" Maílson da Nóbrega, economista e ex-ministro da Fazenda, ao defender a **reforma tributária**

RAPIDINHAS

RAPIDINHAS

A Genial Investimentos, plataforma com aproximadamente R\$ 160 bilhões sob custódia, quer estreitar os laços com o universo esportivo.

A empresa passará a patrocinar a equipe sub-20 do Sport Clube Recife. Lembre-se de que Gustavo Kuerten, tricampeão do torneio de tênis de Roland Garros, é sócio e embaixador da marca no Brasil.

A Lufthansa pretende lançar, ainda no primeiro semestre de 2023, uma nova companhia aérea. Chamada City Airlines, a subsidiária da empresa focará as operações em rotas de curta e média distância na Europa e voará com aeronaves da Airbus, provavelmente o A319. No futuro, a ideia é levar sua divisão regional para outros continentes.

A Camicado, maior varejista brasileira de artigos para casa e decoração, tem reforçado a operação digital. Em 2022, a empresa aumentou de 200 para 500 o número de sellers embarcados em seu marketplace.

Em 2023, a expectativa é superar a marca dos 800. Além de itens para decoração, o marketplace vende eletrodomésticos e eletroeletrônicos.

A Solistica, uma das maiores operadoras logísticas do Brasil, investiu cerca de R\$ 100 milhões na construção

de um terminal nos arredores do Aeroporto de Guarulhos, em São Paulo. Trata-se de um passo importante: a empresa estima que o aporte dobrará a sua capacidade de processamento de mercadorias.

**Site:**

**<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/03/22/all.pdf>**

# Tributária tem potencial para elevar PIB em até 20%, calcula economista

**ADRIANA FERNANDES BRASÍLIA**

A reforma dos **impostos** sobre o consumo pode garantir um aumento de arrecadação de até R\$ 2,5 trilhões em 20 anos por conta do impacto na produtividade econômica e no crescimento do **PIB**. Esse é o ganho de arrecadação em relação a um cenário sem reforma. No cenário mais otimista, o **PIB** teria um crescimento adicional de 20% nas primeiras duas décadas posteriores à aprovação da **reforma tributária** em tramitação no Congresso.

Os cálculos sobre impacto da reforma para o crescimento das receitas foram apresentados pelo economista Sergio Gobetti, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e da Secretaria de Fazenda do Rio Grande do Sul, em audiência do grupo de trabalho de **reforma tributária** da Câmara. O grupo de trabalho está ouvindo especialistas para debater o tema.

O grupo foi criado para buscar um texto de convergência para a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que será levada ao plenário da Casa. O relator é o deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB).

No cenário conservador, a arrecadação aumentaria R\$ 509,1 bilhões, com crescimento de 4% do **PIB** potencial. Num cenário mediano, de impacto de 11%, a reforma garantiria R\$ 1,4 trilhão a mais de receita.

Gobetti disse que não se trata de aumento da carga tributária, mas do impacto positivo na economia com a simplificação e a maior eficiência do sistema tributário pela introdução do Imposto sobre Valor Agregado (IVA). "Ninguém tem bola de cristal para saber quanto vai crescer o **PIB**, mas o que ele crescerá dependerá da qualidade da reforma", afirmou.

"Diferentes estudos são unânimes em reconhecer os efeitos positivos da reforma sobre o crescimento econômico. Podemos não ter certeza sobre a magnitude dos impactos, mas, que eles existirão, é consenso entre economistas de diferentes matizes."

**PREMISSA.**

A coluna vertebral da reforma é a unificação da base tributária de consumo entre bens e serviços e a

aplicação do princípio do destino (onde são consumidos) para a tributação, além da manutenção da carga tributária atual e da participação relativa da União, de Estados e de municípios no bolo da arrecadação.

O economista afirmou que a aplicação do princípio do destino do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que será criado com a reforma, vai produzir uma desconcentração de receitas. A proposta prevê a mudança da incidência do tributo da origem (o local onde o item é produzido) para o destino (onde está o consumidor).

Com isso, municípios mais pobres e Estados de menor **PIB** per capita terão sua fatia no bolo ampliada, mas de modo gradual, devido à regra de transição.

Isso vai acontecer, em primeiro lugar, pela substituição do ISS (imposto sobre serviços cobrado hoje pelos municípios na origem) pelo tributo no destino.

Outro motivo é a mudança no critério da chamada cota-parte do IBS, que passará a ser distribuída 60% com base na população, 5% em partes iguais e 35% por lei estadual.

"Podemos não ter certeza sobre a magnitude dos impactos, mas, que eles existirão, é consenso entre economistas de diferentes matizes" Sergio Gobetti Economista do Ipea e da Secretaria de Fazenda do RS

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Appy fala em ganho de arrecadação para todos os Estados

**CÉLIA FROUFE BRASÍLIA**

O secretário extraordinário da **Reforma Tributária**, Bernard Appy, afirmou ontem que todos os Estados vão ter aumento de arrecadação em duas décadas com a implantação do projeto, que está sendo discutido pelo Ministério da Fazenda e pelo Congresso. De acordo com ele, seriam "pouquíssimos" os municípios que sairiam perdendo, mas que isso ocorreria por causa de distorções existentes hoje.

Essas cidades, segundo Appy, são geralmente muito pequenas e têm uma forte arrecadação baseada no ISS (imposto sobre serviços cobrado pelos municípios) porque contam, por exemplo, com a instalação de uma refinaria em seu território. "São erros, na verdade. Não faz sentido", disse o economista, durante almoço realizado pela Frente Parlamentar do Empreendedorismo (FPE), em Brasília.

Ele afirmou que o município que mais recebe ISS conta com uma receita de R\$ 14 mil per capita e o que menos arrecada, R\$ 65 por habitante. "Não faz sentido um País com uma distribuição tão diferente dessas", afirmou.

Appy disse que o Ministério da Fazenda está aberto para a construção do melhor modelo tributário para o País. Aos parlamentares e a empresários, o secretário afirmou que o regime tributário nacional é complexo porque tem muitas regras e, mais do que isso, conta com muitas exceções.

"A complexidade tem custo, o litígio tem custo também e gera insegurança jurídica, que reduz investimentos", afirmou.

O secretário reforçou que o objetivo da **reforma tributária** é combater distorções como a cumulatividade de **impostos**.

"A cumulatividade é um problema nacional e onera o produto nacional, as exportações, as importações e reduz os investimentos", disse.

## SERVIÇOS.

Appy reforçou que o setor de serviços vai ser beneficiado com **reforma tributária**, apesar das críticas constantes de representantes do segmento.

"O setor paga pouco (imposto) hoje? Sim, mas não recupera nada, e isso vai mudar", disse, acrescentando que o custo líquido de serviços vai ser menor do que é hoje porque haverá o fim da cumulatividade que existe atualmente.

A FPE insiste na necessidade da desoneração da folha de pagamento (redução dos encargos cobrados sobre os salários dos funcionários) para todos os setores de forma permanente - uma demanda do setor de serviços. O governo, porém, não pretende abordar esse tema nesta primeira fase da reforma, focada nos **impostos** sobre o consumo.

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Haddad diz que âncora deve ser enviada ao Congresso com LDO



Mercadante com Haddad (no vídeo): desafio é achar "linha fina" entre compromissos de campanha e base fiscal sustentável

**Paula Martini, Caio Sartori, Lucianne Carneiro e Estevão Tajar Do Rio e Brasília**

Logo depois de o presidente Luiz Inácio Lula da Silva adiar para abril o anúncio do novo arcabouço fiscal, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que o governo busca uma "linha fina" para honrar os compromissos de campanha e ter uma base fiscal "sustentável". Também disse que a transição do teto de gastos para a nova regra prevê a "reposição" de recursos para saúde e educação.

Haddad sinalizou ainda que a nova âncora pode ser enviada ao Congresso junto com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). O ministro também abordou a **reforma tributária** e disse esperar que o texto seja votado pela Câmara dos Deputados entre junho e julho e esteja no Senado no segundo semestre deste ano.

A **reforma tributária** teria efeito distributivo, segundo ele, uma vez que a população de baixa renda consome mais produtos "supertributados" do que "subtributados".

A reforma teria também repercussões no Judiciário, apontou Haddad: "Nossas estimativas dão conta de que mais de 30% do litígio no Poder Judiciário tem como pano de fundo uma justiça tributária.

Ou seja, num Poder Judiciário que custa no seu total 1,8% do **PIB**, quase metade disso tem a ver com nosso sistema tributário". Ele afirmou ainda que a carga tributária sobre a indústria chegou ao limite de "insuportável".

O ministro participou do encerramento de seminário do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para discutir estratégias de desenvolvimento.

O evento se estendeu por dois dias e alinhou críticas de economistas de mesmo pensamento aos juros altos na véspera da reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), do Banco Central, que se reúne hoje para definir se mantém a taxa básica de juros, a Selic, em 13,75% ao ano (ver abaixo).

O evento foi organizado em parceria com o Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri) e a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). Haddad participou por vídeo.

No discurso, o ministro endossou as constantes críticas do governo aos juros e defendeu que há margem para cortes. O tema é complexo uma vez que exige encontrar formas para reduzir as taxas de forma consistente. Também há divisão entre economistas de diferentes correntes sobre a capacidade de o Banco Central reduzir as taxas de juros do país, sem riscos para o equilíbrio fiscal e a **inflação**.

Haddad sugeriu que o Brasil é maior que as oscilações do mercado financeiro: "Todo mundo olhando para tela do computador para saber se o dólar aumentou um centavo, caiu um centavo, se a bolsa subiu um ponto, desceu um ponto. O Brasil é maior do que isso", disse. No evento, a nova âncora fiscal foi apontada como um caminho para a redução dos juros.

"O que nós queremos achar, e não é uma tarefa simples, é uma linha fina que permita ao governo honrar seus compromissos de campanha e oferecer ao Estado brasileiro, e não ao governo, uma base fiscal sustentável para responder aos direitos sociais que estão previstos na Constituição", disse Haddad.

À noite, no Ministério da Fazenda, o ministro afirmou a jornalistas que "estamos saindo de uma regra muito rígida [teto de gastos], que retira muitos recursos da

saúde e da educação".

"Precisamos imaginar uma transição para o novo arcabouço que contemple a reposição das perdas dos dois setores", disse.

Segundo Haddad, a lei complementar do novo arcabouço "resolve o problema", sem necessidade de alterações na Constituição.

"Nossa intenção é uma regra simples, que possa ser acompanhada muito facilmente", disse.

Minimizando o atraso da entrega do projeto da nova regra fiscal, prevista para antes da viagem de Lula à China, neste fim de semana, Haddad disse que existe "muita ansiedade" no Brasil e que o presidente da República está confiante no trabalho da equipe econômica.

"Vi um presidente confiante na sua equipe, confiante no trabalho que está sendo por ele coordenada", disse em referência à entrevista de Lula ao portal "Brasil 247".

Após rumores de que Haddad não participaria do evento por desentendimentos internos com o presidente do BNDES, o ministro e Mercadante trocaram afagos públicos.

Nos bastidores, a criação de uma comissão de economistas para discutir, entre outros temas, o arcabouço fiscal e o anúncio do seminário teriam desagradado o ministro da Fazenda. Mercadante reafirmou que o ministro pode contar com a lealdade e solidariedade do banco, e que o BNDES vai contribuir "sempre que solicitado", mas que a instituição vai participar ativamente das discussões nacionais.

"O BNDES voltou, vai entrar no debate nacional com força, empenho de forma muito criativa e plural", disse Mercadante. Em discurso na abertura do evento, na segunda-feira, 20, Mercadante havia prometido lealdade e parceria a Haddad ao mencionar a apresentação da âncora fiscal, mas afirmou que o banco não será inibido nem deixará de falar o que pensa.

Também convidada para o seminário, a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, enviou carta a Mercadante, que foi lida no evento. Sem mencionar o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), Tebet afirmou que "puxadinhos" do governo anterior prejudicaram a percepção sobre a política fiscal do governo. A ministra defendeu que uma boa regra fiscal é aquela que transmite credibilidade sem deixar de lado os objetivos necessários ao país.

**Notícias Relacionadas:**

VALOR ONLINE

Haddad diz que âncora deve ser enviada ao Congresso com LDO

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187498>

# Appy admite mais de uma alíquota para futuro IVA



Appy: "a gente sabe que, numa discussão política, vai acabar tendo algumas exceções. A gente sabe disso"

**Raphael Di Cunto, Guilherme Pimenta e Isadora Peron De Brasília**

O secretário especial do Ministério da Fazenda para a **reforma tributária**, Bernard Appy, admitiu ontem que o IVA, se for criado, terá mais de uma alíquota.

Ele afirmou nesta terça-feira a parlamentares da Frente Parlamentar do Empreendedorismo (FPE) que sabe que, com a discussão política sobre o tema, haverá "algumas exceções" para tratamento diferenciado para setores, mas que o "importante é ter o mínimo possível de exceções" para não atrapalhar o sistema e não provocar uma alíquota geral muito mais alta.

O Congresso discute duas propostas de emenda constitucional (PECs) para unificar os **impostos** sobre consumo (IPI, ICMS, ISS, PIS e Cofins) em um Imposto sobre Valor Adicionado (IVA), que seria único ou dual (uma parte federal e outra estadual/municipal).

Além disso, haveria um Imposto Seletivo (IS) sobre bens que causam "externalidades negativas".

A proposta de Appy é de que exista apenas uma alíquota para o IVA, mas ele reconheceu ontem, ao conversar com os parlamentares, que isso provavelmente não ocorrerá. "O importante é ter o mínimo possível de exceções.

A gente sabe que, numa discussão política, vai acabar tendo algumas exceções. A gente sabe disso", disse. Ele citou como exemplos "saúde, educação e alguma outra questão relevante".

O economista afirmou que isso será um ganho porque o país hoje tem mais de um milhão de alíquotas diferentes para o ICMS e ISS.

"Você não tem três ou quatro alíquotas.

Se somar todas as cidades e Estados, tributação na origem, chegamos a casa do milhão de alíquotas", disse. Essa situação de insegurança jurídica prejudica investimentos no país, destacou ele.

O secretário ressaltou que o Congresso precisa ser cauteloso com essas exceções para não distorcer a economia. "Muito cuidado com essa ideia de serviços a gente pode estar errando a mão do que a gente quer fazer", afirmou. Ele deu como exemplo que o imposto não pode ser decisivo para o consumidor decidir se aluga um carro ou compra. "Isso é distorção", disse.

O evento contou também com a participação de empresários, principalmente do setor de serviços, que questionaram o secretário sobre o impacto para suas empresas. A maioria reclamou que terá aumento da carga tributária.

Appy respondeu que as empresas de serviços que prestam serviços no meio da cadeia produtiva, para outras empresas, terão redução da carga porque a alíquota, de fato, será maior, mas passarão a ter direito a créditos para abater os **impostos**.

Quem será afetado, disse, são os que prestam serviços direto ao consumidor final - mas, no caso de educação e saúde, o Congresso já fala em regimes diferenciados.

Em outro evento, promovido pelo site "Jota", o advogado-geral da União, Jorge Messias, afirmou que acompanha o debate para que o texto final gere poucos questionamentos na Justiça.

"As próprias premissas que levam à construção dessa **reforma tributária** são importantes e necessárias para a redução de litigiosidade.

Com a migração para bases amplas, alíquota única, com modelo de creditação, acho que isso tudo fica muito mitigado", afirmou.

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187498>

# "Governo deve assumir parte do risco da reforma"



Araujo: economista acredita em reforma robusta, mas vê ganhadores e perdedores, entre setores e entes federativos

**Lucianne Carneiro Do Rio**

"Há idealização. A gente pode permitir mais flexibilizações na reforma tributária, sem perder a essência"

Professor titular da Fundação Getulio Vargas e emérito do Instituto de Matemática Pura e Aplicada (Impa), o economista Aloisio Araujo defende que o governo federal assuma parte do que chama do risco da reforma tributária. Ele é a favor de que uma parcela dos recursos acumulados com o teto fiscal nos últimos anos seja usada para financiar a reforma dos impostos de consumo, com alguma compensação para Estados e municípios, e também com desoneração da folha salarial.

Com a experiência de quem participou do projeto da Lei de Falências, Araujo se declara otimista com a possibilidade de uma reforma tributária robusta, mas não acredita em uma reforma "neutra". Significa que vê perdas e ganhos entre setores e entes federativos. Por isso, a importância dessa contrapartida do governo federal.

Na avaliação dele, é possível aceitar algumas flexibilizações - como poucas alíquotas, em vez de uma alíquota única, além do financiamento pelo governo federal - em prol de manter a essência da reforma e garantir a sua realização.

Nas negociações pela reforma tributária, Araujo também é a favor de lançar mão de aumento de Imposto de Renda sobre as faixas de renda mais elevadas - com a criação de mais uma faixa - e de taxaço de dividendos.

Com trânsito no circuito internacional de economistas e cientistas e contribuições nos últimos anos ao longo de diferentes governos e políticos de variadas correntes no país, Araujo se apresenta como um economista que trabalha pelo Brasil e afirma que tem conversado com o ministro do Fazenda, Fernando Haddad, sobre vários temas. A seguir os principais pontos da entrevista ao Valor: Valor: O senhor vê condições de uma reforma tributária robusta?

Aloisio Araujo: Acho que é possível e é o que o Brasil precisa.

Muita coisa já foi debatida sobre a reforma tributária, mas ainda faltam detalhes. Eu tenho experiência com reformas, especialmente a Lei de Falências, há 20 anos. Também foi uma negociação difícil politicamente. A lei anterior das concordatas tinha 60 anos, ainda da época da influência do [Benito] Mussolini.

Tenho um olhar otimista. Foram feitas muitas reformas, de vários governos diferentes, mas acho que é preciso pensar nos detalhes, de um ângulo de teoria econômica, que ajude a pensar fora da caixa, para diminuir as diferenças que existem, respeitando os objetivos principais. É possível fazer concessões na reforma tributária, sem perder a essência.

Na época da Lei das Falências, o Congresso estava dividido entre devedores e credores. E a gente conseguiu avançar.

Valor: O que é a essência da reforma tributária?

Araujo: Há 15, 20 anos já existe o diagnóstico do caos tributário, com enorme número de horas para preencher requerimentos, um contencioso tributário gigantesco e empresas multinacionais que gastam muito com tributos em suas operações aqui. É óbvio que existe uma perda muito grande devido a esse custo tributário.

Existe certo consenso de que, numa **reforma tributária**, tem que deixar de tributar na origem e passar a tributar no destino, um consenso de que se precisa de um número pequeno de alíquotas, segundo alguns até única, e também a unificação das legislações atuais, de quem vai fazer o recolhimento dos **impostos**, de que é preciso ter uma maior harmonização entre os entes federativos. Há uma série de objetivos muito claros, mas também dificuldades grandes.

Valor: Quais dificuldades?

Araujo: Quando deixa de tributar na origem e passa a tributar no destino, cria divergências entre entes federativos. Tem diferença entre a federação e os Estados, entre os Estados, entre Estados e municípios, entre municípios grandes e os pequenos. Ao fazer alíquota única, vai aumentar alíquotas de alguns setores e reduzir de outros. Tenho uma visão realista, eu acho que haverá perdas [entre os setores]. Se pensar em um prazo muito longo, tudo bem, mas ninguém trabalha com período tão longo assim.

Haverá algumas empresas que não vão conseguir [superar as perdas] porque tem a concorrência, principalmente do setor informal ou das empresas que estão no Simples. Por exemplo, a maioria das empresas de serviços está enquadrada no Simples. A gente tem ganhadores e perdedores, especialmente a curto e médio prazos, e é preciso lidar com as divergências entre os entes federativos. Temos que pensar formas de contornar. Estou falando aqui principalmente sobre a reforma de consumo. A reforma sobre a renda vai ter divergência de interesse pura e simples.

É importante também, mas não tem a complexidade de uma reforma sobre o consumo.

Valor: Quais os pontos principais da reforma sobre consumo?

Araujo: Houve um entendimento ao longo das discussões sobre a reforma do consumo. As Propostas de Emendas Constitucionais (PECs) começaram muito mais distantes - a 110 no Senado e a 45 na Câmara -, evoluíram e se aproximaram. A PEC 110 faz o Imposto sobre Valor Agregado (IVA) dual, com os **impostos** de consumo federais e os **impostos** de consumo estaduais e municipais.

Nos **impostos** estaduais e municipais, a complexidade é maior. Como as mudanças são gigantescas, gosto da ideia de fazer primeiro uma reforma dos **impostos** federais.

Valor: Por que fazer essa reforma primeiro?

Araujo: Não precisa de PEC, só de maioria simples, e você pode aprender com ela, e já tem um sentimento de realização, pode fazer neutra, do ponto de vista de arrecadação. A carga tributária no Brasil já é muito elevada, perto de 35% do **PIB** [Produto Interno Bruto], muito mais elevada do que os países semelhantes. Há quem comente da Europa, mas é mais fácil taxar países ricos. Então eu acho que tem que ser uma reforma de **impostos** federais neutra, do ponto de vista de arrecadação.

De estaduais, acho que vai ter alguma perda, mas pode ter ganho na reforma sobre **impostos** de renda.

Valor: De que forma?

Araujo: Quando se compara com a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), temos muito mais **impostos** de consumo, do ponto de vista de arrecadação, e muito menos de imposto de renda. Acho que a gente pode se aproximar mais. Talvez colocar mais uma alíquota para uma renda mais elevada e botar imposto de dividendos. Não dá para taxar mais as empresas grandes que têm concorrência muito grande, mas a gente pode taxar os dividendos.

O Simples, de micro e pequenas empresas, vai ter que taxar.

É muito difícil você fazer uma unificação. Esse caos tributário não foi à toa. Ele veio porque nós fizemos ajustes fiscais com IPI muito elevado, aumento do PIS/Cofins, para fazer um ajuste fiscal que o governo não conseguia fazer. Em vez de fazer por diminuição de gastos, fez por aumento de arrecadação. Não acho que o país foi fazendo besteira atrás da outra. Fez porque precisava do ajuste fiscal, um movimento minimamente satisfatório do ponto de vista fiscal, mas que feriu a economia do ponto de vista microeconômico. Acho que tem ser neutro na totalidade [de arrecadação], mas tem que perder do ponto de vista dos **impostos** estaduais e municipais. É extremamente complexo, mas menos complexo. Para [equilibrar] isso, pode usar o aumento do Imposto de Renda, que tem um equilíbrio maior. Do ponto de vista distributivo, é melhor porque o Imposto de Renda tende a taxar mais os mais ricos. E o imposto de consumo taxa mais o mais pobre. Uma das dificuldades é essa convergência de alíquotas porque alguns setores vão subir muito.

Valor: E como negociar isso?

Araujo: Pode até usar parte desses recursos do Imposto de Renda para diminuição do imposto sobre a folha salarial, que é um impacto gigantesco para o

setor de serviços, por exemplo, e é o que faz o setor ser tão contra [a **reforma tributária**]. O IVA, para quem está na cadeia produtiva e usa muitos bens industriais, produtos feitos em etapas, é deduzido.

Mas o setor de serviços em grande parte é mão de obra, trabalho, e não deduz. Então o setor de serviços acaba sendo proporcionalmente mais taxado, então por isso fica mais contra. O próprio ministro do governo [Luiz Marinho, do Trabalho] defendeu que é preciso desonerar a folha salarial.

Talvez seja bom mesmo do ponto de vista distributivo, embora eu não goste da solução de taxar o faturamento, que é péssimo do ponto de vista de organização tributária.

Taxar faturamento é ruim, mas desonerar a folha salarial é bom. Muito se fala de colocar o pobre no Orçamento. Isso significaria taxar os dividendos - a classe média alta - e desonerar a folha salarial, fazendo as contas de forma que a reforma como um todo seja neutra. Estou introduzindo um pouco mais de complexidade para tornar possível a acomodação dos interesses. Por outro lado, você tem que reduzir o impacto na folha salarial, com questões como Funrural, salário educação. O sistema previdenciário privado em si está financiando também o Benefício de Prestação Continuada [BPC], a aposentadoria rural, o MEI, o sistema S. É um imposto sobre a renda do trabalho.

Mesmo sendo cobrado do empregador, ele vai contratar menos porque afeta o custo da mão de obra. Com a desoneração da folha salarial, faz um pouco mais de justiça. No fundo, não é o trabalhador formal que deve pagar por esses benefícios, senão vai ter menos formalização. Se justifica desse ponto de vista: os trabalhadores não estão pagando só pela própria aposentadoria, mas por outros benefícios sociais. Se desonerar um pouco, você aumenta o emprego formal, aumenta a produtividade - porque o setor formal é mais produtivo que o informal - e estaria fazendo justiça social.

Valor: Como equilibrar interesses nesse debate?

Araujo: Acredito que o governo federal deve ter um papel de financiar a **reforma tributária**. É uma ideia que venho pensando há muito tempo. Quando a lei do teto fiscal foi aprovada, já se sabia que o setor de ciência e tecnologia ia perder arrecadação, que saúde e educação iam perder. Mas, ao mesmo tempo, ia diminuir os gastos do governo federal. Esses recursos poderiam ser usados para ajudar a fazer a **reforma tributária**. Fala-se muito, e eu acredito, que a **reforma tributária** vai trazer mais crescimento da economia, mas há muita incerteza de quanto é esse aumento.

Então cada setor fica com muito medo, cada ente federativo fica com muito medo. Acredito que uma parte do risco residual da **reforma tributária** tem que ficar com o governo federal. Do ponto de vista distributivo, faz todo o sentido e o governo federal pode bancar isso. Se a economia crescer, o governo federal se beneficia e ele tem mais instrumentos para bancar esses riscos. Quero usar um pedaço do consumo do governo que caiu para financiar a **reforma tributária**. A **reforma tributária** é muito mais fácil de fazer quando tem um certo superávit. Não tem superávit agora, mas diminuiu o consumo do governo.

Valor: E o teto de gastos?

Araujo: No processo de se pensar no fim do teto de gastos, vai haver uma corrida para se aproveitar aqueles gastos. E, como se fala, é preciso colocar o pobre no Orçamento. É possível usar isso para dar um alívio da carga tributária na folha de pagamento porque beneficia mais diretamente os mais pobres. Outros gastos - mais associados à classe média - podem esperar um pouco para se recompor, como a questão do funcionalismo. Além disso, os serviços, que têm essa carga pesada da folha salarial, ficam mais abertos à **reforma tributária**.

Valor: É possível dimensionar o ganho para a economia?

Araujo: Sou otimista, acho que vai haver ganho para a economia e a produtividade, mas é difícil estimar a magnitude e os setores e entes federativos que serão mais ou menos beneficiados.

Então a ideia é usar o governo federal para fazer um pouco essa acomodação. Não é tudo nas costas do governo federal, mas pode ter sua parte.

Valor: Pode dar exemplos?

Araujo: Um dos instrumentos seria negociar o serviço da dívida, como foi pedido recentemente pelos governadores do Sul e do Sudeste. Os Estados têm muitas dívidas e alguns municípios também. Em geral, os Estados mais endividados têm mais imposto na origem. Então uma coisa que pode ser negociada é o serviço da dívida. Prazos de pagamentos de 50, 40, 30 anos, se o valor vai ou não ser recompensado.

Isso tudo gera incerteza.

Valor: Por que o senhor é a favor de um número reduzido de alíquotas e não da alíquota única?

Araujo: O princípio de taxação veio de [Frank] Ramsey, um matemático puro. Ele dizia que os **impostos** de consumo deviam ser inversamente

proporcionais à elasticidade. Mas depois vieram os resultados teóricos, que dizia que bastava você taxar uma mesma alíquota. Isso é muito benéfico do ponto de vista de simplificação tributária e continua válido. Mas, se você tem evasão tributária, a alíquota única não é mais verdade. Em países como o Brasil, com caos tributário, compatibilizar isso é mais difícil. Agricultura não é taxada, pode ser taxada, mas talvez com uma alíquota menor.

Saúde e educação: a Constituição prevê que o governo tem que dar. Então talvez tenha que taxar com uma alíquota menor ou isenção tributária. Outro exemplo: a construção civil. Os piores exemplos de perdas [tributárias] estão na construção civil porque tem um sistema deles que incentiva produzir uma parte da construção civil dentro do canteiro de obras. Como não tem valor adicionado a ele, se trouxer coisas pré-fabricadas, que já pagaram imposto, ele vai poder deduzir. Então a conveniência é passar para o valor adicionado.

Mas atualmente estão pagando muito menos. Então se for o valor adicionado e a alíquota única, [o valor] vai dar um pulo muito grande. Então você ganha ao colocar o setor no sistema produtivo, mas com alíquota menor. Acho que há idealização.

A gente pode permitir mais flexibilizações na **reforma tributária**, sem perder a essência, como foi o caso da Lei de Falências.

Você pode caminhar com mais chance de sucesso. Essa é uma visão que tenho.

Valor: O senhor defende reduzir os gastos tributários. Como lidar com a questão de isenções?

Araujo: Gasto tributário é quando dá isenção de **impostos** para alguns. Entre os grandes gastos tributários, há o Simples, a Zona Franca de Manaus, a cesta básica. É difícil os políticos aceitarem a redução [do benefício fiscal] da cesta básica, por exemplo.

Do ponto de vista técnico, é desejado, porque focaliza mais [o benefício].

Reonerar a cesta básica e transferir recursos para as pessoas dos cadastros de benefícios.

Mas há várias incertezas nessa operação e não é tão fácil de convencer.

A Zona Franca de Manaus também tem defensores muito fortes. O próprio Simples parece impossível de acabar. Talvez taxar dividendos seja razoável. Muita gente que está no Simples [no modelo de pessoa jurídica] poderia ser atingido. A lógica é que, se você

reduzir o gasto tributário, pode diminuir a alíquota média.

Mas é difícil politicamente isso.

Dado o sistema tributário muito complexo como o nosso, você tem uma certa lógica do Simples, porque permite mais formalidade, reduz a informalidade. Mas por outro lado cria muitas disfunções.

Então acho que tem que tentar reduzir isso, mas depende da política. É uma luta política.

Na hora de exportar, você tira a taxa. Você taxa o agrobusiness que é vendido aqui dentro. Mas na hora de exportar você retira a taxa da cadeia. O formato do imposto de valor adicionado permite isso. E aí você facilita o comércio exterior. Você tenta dar um subsídio porque o cara está prejudicado. Mas aí entra na Organização Mundial de Comércio.

Isso cria um espaço para proteger a indústria nacional.

Valor: E o que chamam de imposto do pecado? Como vê?

Araujo: Tem que ter o imposto seletivo, é a forma mais inteligente de taxar as chamadas externalidades negativas [produtos como cigarro, bebidas alcoólicas, gasolina, açúcar]. Eu gosto de uma coisa que eu chamo de princípio da neutralidade. Atualmente, tem externalidade negativa [pagam mais **impostos** que outros segmentos]. Ele é taxado no ICMS, PIS/Cofins, numas coisas maiores.

Quando vai para alíquota média, pode ser que o imposto sobre ele reduza. Então o imposto seletivo que vai cobrar do setor tem que equivaler a pelo menos o mínimo que era taxado antes. Então, o que se arrecadava antes com uma parafernália de **impostos**, vai ser cobrado de forma mais simples, mas com o imposto seletivo. Se a sociedade quiser cobrar mais, ótimo.

Mas pelo menos tem que ser igual ao que era antes.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187498>

# A PEC da exploração da fé (Editorial)

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), enviou à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Casa uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC), de autoria do deputado Marcelo Crivella (Republicanos-RJ), que amplia a imunidade tributária que hoje é concedida aos templos religiosos no País. Essa PEC deve ser rejeitada no âmbito da própria CCJ; caso não seja, que não prospere no plenário. Trata-se de um engodo, uma desavergonhada tentativa de explorar a fé alheia e os recursos dos contribuintes para enriquecer ainda mais algumas igrejas - principalmente os seus líderes.

A Constituição de 1988 já proíbe a União, os Estados e os municípios de instituir **impostos** sobre templos de qualquer culto (art. 150, inciso VI, alínea b). É razoável que tenha sido esse o entendimento do constituinte originário. Afinal, as religiões têm papel fundamental na vida da grande maioria dos brasileiros.

Seus templos, pois, são locais de relevante interesse social, não econômico. Tributá-los poderia levar, no limite, à extinção de denominações religiosas que não tivessem condições financeiras de arcar com o custo, uma evidente contradição com a liberdade de culto assegurada pela própria Constituição.

No entanto, o que pretendem o deputado Marcelo Crivella, sobrinho do líder máximo da Igreja Universal do Reino de Deus, Edir Macedo, e os mais de 350 deputados que assinaram a PEC é extrapolar essa imunidade tributária sobre os templos para a aquisição de quaisquer bens ou serviços "necessários à formação do patrimônio, à geração de renda e à prestação de serviços" das instituições religiosas. Chega a ser acintoso.

O que está isento de tributação, à luz da Constituição, é o livre exercício da fé. Os defensores da PEC argumentam, no entanto, que as instituições religiosas não devem pagar **impostos** sobre a construção e reformas dos templos, manutenção de escolas, creches ou asilos nem tampouco sobre despesas correntes, como água e energia elétrica, sem falar na aquisição de bens, como imóveis e veículos. Ora, todas essas atividades, por mais louváveis que possam ser, vão além dos serviços estritamente religiosos que são cobertos pela imunidade tributária vigente.

Caso a PEC seja aprovada tal como está na CCJ, as instituições religiosas ficarão isentas de recolher ICMS, ISS e IPI ao adquirir quaisquer bens e serviços

que possam ser ligados à suposta atividade espiritual.

Por exemplo: o líder de uma determinada instituição religiosa poderia adquirir um jatinho por um preço muito abaixo do que é cobrado de um cidadão leigo alegando que a aeronave é imprescindível para sua presença diante dos fiéis. A conta de energia das igrejas também seria muito mais baixa do que as cobradas de outros estabelecimentos, criando no País uma distinção tributária inconcebível entre cidadãos leigos e religiosos.

O que é isso senão a subversão do princípio fundante desta República, a igualdade de todos perante a lei?

Hoje, já há muitas distorções ao texto constitucional.

O País não precisa de outra.

**Síte:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Tarcísio estuda reformar Constituição para poder editar medidas provisórias

**BRUNO LUIZ GUSTAVO QUEIROZ**

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), avalia enviar à Assembleia Legislativa (Alesp) uma proposta que institui medidas provisórias em âmbito estadual, a exemplo do que pode fazer o presidente da República.

Ao Estadão/Broadcast, a Secretaria da Casa Civil afirmou que o mecanismo permitiria atender a "população com mais agilidade em situações que seriam emergenciais".

A criação das MPs estaduais seria encaminhada à Alesp por meio de proposta de emenda à Constituição (PEC). "O assunto está em análise e seus detalhes serão apresentados aos deputados estaduais para debate, conforme determina o rito legislativo", disse a Casa Civil, em nota. A proposta foi divulgada pela Folha de S.Paulo.

Uma MP do presidente da República passa a valer assim que encaminhada ao Congresso e tem validade de 120 dias.

O texto perde a eficácia se não for aprovado por deputados federais e senadores nesse período.

A Casa Civil do governo paulista não informou se as MPs estaduais devem replicar os prazos das federais.

Ao menos seis Estados preveem em suas Constituições a edição de MPs: Santa Catarina, Maranhão, Acre, Tocantins, Piauí e Paraíba. Em julgamento em 2006, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que o instrumento é constitucional.

A Corte rejeitou uma ação direta de inconstitucionalidade (ADI) proposta pelo PT contra um artigo da Constituição catarinense.

A relatora do caso, ministra Ellen Gracie, destacou no voto que o mecanismo deve estar "expressamente previsto na Constituição Estadual e nos mesmos moldes **impostos** pela Constituição Federal", que exige "relevância e urgência" para a edição de uma MP.

Há ainda restrições temáticas.

Questões como o Orçamento não podem ser disciplinadas pelo instrumento. No âmbito federal, uma MP abriu o caminho para a privatização da Eletrobras, por exemplo.

AGENDA.

Para o professor de Direito Constitucional da Fundação Getúlio Vargas (FGV) Roberto Dias, a edição de MPs dá poder ao Executivo para pautar de forma mais incisiva a agenda no Legislativo. "Em um regime de normalidade democrática, é uma forma de dar poder para que o Executivo não fique de mãos atadas em situações que exijam ação rápida do poder público, que precise ser imposta com força de lei", afirmou.

Dias, no entanto, alertou para riscos: "Em um momento de instabilidade, isso pode não ser tão bom do ponto de vista democrático, porque, de fato, inverte a lógica da aprovação das leis", disse, destacando que a instabilidade costuma ser resultado da tentativa do chefe do Executivo de ampliar poder.

CRÍTICAS.

Apesar de ainda não ter chegado à Alesp, a proposta já é alvo de críticas da oposição. O líder da Minoria na Casa, Ênio Tatto (PT), afirmou que o mecanismo "enfraquece o Legislativo".

"Nunca teve isso no Estado de São Paulo. Isso enfraquece o debate. Ele vai legislar por meio de medida provisória", disse. Tatto afirmou que a oposição vai avaliar a possibilidade de judicializar o texto.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Como crise em bancos regionais pode levar EUA à recessão

VITOR DA COSTA [vitor.santos@oglobo.com.br](mailto:vitor.santos@oglobo.com.br) -

As crises recentes envolvendo bancos regionais dos Estados Unidos, como o Silicon Valley Bank e o Signature Bank, reacenderam os temores de uma recessão este ano e chamam a atenção para a importância dessas instituições menores no funcionamento do sistema bancário dos EUA.

Ao contrário do Brasil, onde o setor é conhecido pela concentração em cinco grandes instituições, nos Estados Unidos existem centenas de bancos com atuação regional, e muitos deles com perfil mais concentrado em atender determinados setores da economia.

Essas instituições desempenham papel importante para a atividade. Na semana passada, o Goldman Sachs cortou sua previsão de crescimento econômico para 2023, citando uma retração nos empréstimos de bancos pequenos e médios em meio à turbulência no sistema financeiro mais amplo.

De acordo com o Federal Deposit Insurance Corporation (FDIC, agência garantidora de depósitos bancários nos EUA), o número de bancos comunitários era de 4.258 no quarto trimestre de 2022.

Impacto no crescimento O Goldman reduziu sua estimativa para o crescimento da economia americana de 1,5% para 1,2%, com a expectativa de que os bancos menores tentarão preservar a liquidez caso precisem atender às retiradas dos depositantes, levando a um aperto substancial nos padrões de empréstimos bancários.

"O impacto macroeconômico de uma retração nos empréstimos permanecerá altamente incerto até que a extensão do estresse no sistema bancário fique clara", destacaram os economistas do banco, em relatório.

Segundo o Goldman, bancos com menos de US\$ 250 bilhões em ativos representam cerca de 50% dos empréstimos comerciais e industriais dos EUA, 60% dos empréstimos imobiliários residenciais, 80% dos empréstimos imobiliários comerciais e 45% dos empréstimos ao consumidor.

O economista da FGV EAESP, Rafael Schiozer, destaca que os bancos menores têm importância

relevante no financiamento de pequenos e médios negócios em regiões fora dos grandes centros. Mas ele ressalta que, desde a crise de 2008, está em curso um movimento de concentração bancária: -Há setores e regiões que dependem mais desses bancos regionais. Antes da crise de 2008, o sistema era bem desconcentrado. Hoje você tem os quatro maiores bancos tendo metade dos ativos e dos depósitos e, há 20 anos, eles não tinham nem 30%.

O estrategista-chefe da Avenue, William Castro Alves, afirma que os bancos regionais têm presença significativa na concessão de crédito imobiliário. Alves ressalta que a maior fragmentação do sistema americano traz vantagens como a mais competitividade e melhor concessão de crédito.

-Um banco do Arizona conhece melhor o estado, os clientes e os ativos que ele financia e tem melhores condições de oferecer esses serviços a preços mais atrativos para seus clientes.

Isso gera uma confiança que esse crédito tem sido mais bem distribuído do que se fosse somente por grandes bancos.

Após os primeiros casos envolvendo o Silicon Valley Bank (SVB) e o Signature Bank, ocorreu uma tentativa por parte de clientes de transferir seus recursos maiores, como disseram fontes ao jornal Financial Times.

Schiozer avalia que a crise atual pode intensificar o processo de concentração bancária no país, porém esse não seria o cenário mais provável.

-Se entendermos que depositantes enxergam nos grandes bancos uma qualidade melhor de gestão de risco pode ocorrer uma concentração maior sim. Teve um pouco de pânico nessas corridas que observamos nos últimos dias. Quando o depositante não sabe avaliar qual é a saúde do banco onde ele tem o dinheiro, ele vai tirar o dinheiro de lá.

Regulação Schiozer explica que existem distinções nas regulações e supervisões entre as instituições de variados portes. Para o economista, a supervisão pode ter falhado no caso do SVB, já que o banco cometeu diversos erros na gestão de seus ativos.

Ainda assim, ele observa avanços após a crise de 2008.

-Os bancos hoje são muito mais capitalizados do que eram na crise de 2008. Existe um entendimento dos reguladores sobre qual é o limite da intervenção estatal, como não salvar acionistas, o que foi feito em 2008. Mas regulação pós-2008 buscava evitar que os governos tivessem que salvar bancos em caso de necessidade. E no primeiro teste, não foi o que aconteceu. Ainda temos que caminhar muito para conseguir chegar lá e evitar que os pagadores de **impostos** tenham que garantir depósitos não segurados de bancos.

Menos empréstimos Segundo os analistas, a expectativa é de uma restrição na concessão de crédito, que pode contribuir para um movimento recessivo na economia americana.

Os analistas do Goldman Sachs avaliam que os pequenos bancos com uma baixa parcela de depósitos cobertos pelo FDIC reduzirão os novos empréstimos em 40%.

- Tem um desaquecimento de alguns setores que dependem desses bancos regionais. O quanto esses bancos terão de cortar de crédito é um ponto de interrogação.

Se esse corte for substancial, é possível que a gente tenha um contexto recessivo -disse Schiozer.

Para Alves, da Avenue, além de estimularem a contração da concessão de crédito, os episódios recentes prejudicam a economia com a confiança do investidor em queda: -Afeta a confiança do investidor em usar mais crédito e fazer investimentos maiores. Já tínhamos como cenário base que 2023 poderia ser um ano de recessão.

Só reforça esse cenário, muito por conta de como esses eventos abalam a confiança do consumidor, tanto as pessoas físicas quanto as empresas.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Remédios vão ficar mais caros em abril



A professora Terezinha Ribas diz que terá de mudar o planejamento e cortar custos com novos aumentos nos preços dos remédios

**Bernardo Estillac**

As contas devem ficar mais caras para os mineiros e o aperto no bolso já tem data marcada. Em abril, entra em vigor em todo o país o reajuste anual no preço dos remédios determinado pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (Cmed). Para os remédios a expectativa é de um reajuste entre 5,6% e 6,8%. Diante do cenário, a saída é focar no planejamento para adequar o orçamento ao aumento das despesas. Na área hospitalar de Belo Horizonte, um trajeto comum entre os transeuntes é sair dos consultórios em direção às farmácias. Quem precisa de medicamentos de uso contínuo já tem separado no orçamento uma porção para a compra dos remédios e, a partir de abril, precisará separar um espaço a mais para essa finalidade.

É o caso da aposentada Almerinda Maria de Souza, de 75 anos. "O preço já aumenta todo mês. Meu marido toma medicamento controlado e gastamos uns R\$ 300 todo mês, então com o aumento fica caro. Depende muito das drogarias também, tem remédio que é mais barato em uma, outro que é mais barato em outra. Aí faço esse planejamento", conta.

A Cmed reajusta o valor dos medicamentos no país todos os anos e a medida costuma valer a partir de 1º de abril. Neste ano, ainda não há um percentual determinado para o aumento no valor dos remédios, mas entidades do setor estimam que o acréscimo possa chegar até cerca de 6,8%. "A expectativa nossa aqui é que o reajuste, já autorizado pela CMED e que vai ocorrer em 1º de abril venha num índice de 5,6% até 6,8%. Acredito que até essa semana já devem anunciar. Esses números vêm normalmente para repor o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) ou IGP-M (Índice Geral de Preços -

Mercado)", afirma Rony Anderson Rezende, vice-presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Produtos Farmacêuticos do Estado de Minas Gerais (Sincofarma).

O reajuste é baseado nos índices de **inflação** acumulados do ano anterior e, embora pese no bolso dos consumidores, será menor a partir de abril do que em 2022. No ano passado, as cifras nas prateleiras das drogarias tiveram aumento médio de 10,89%. Alguns medicamentos tiveram o preço alterado em até 18%. Os remédios não são a única despesa essencial que deve pesar no bolso. O valor cobrado da energia elétrica em Minas Gerais passará por reajuste neste ano e os consumidores já começam a se preparar para mudanças de rotina.

"Nem estava sabendo desse aumento. Tudo que sobe afeta nosso orçamento, tenho que fazer meu planejamento. Muda nosso comportamento, você tira certas coisas do cardápio. Chega até a ter atrito, você tem que discutir para gastar menos energia, para os filhos ficarem menos tempo no chuveiro", brinca a professora Terezinha Ribas, de 63 anos.

COMO ECONOMIZAR A mudança de comportamento citada pela professora Terezinha é apontada como um ponto de partida para viabilizar o planejamento financeiro diante de um aumento de custos. Para o economista Gelton Pinto Coelho, membro efetivo do Conselho Regional de Economia de Minas Gerais (Corecon-MG), atenção a detalhes de consumo na rotina é ponto básico para não ser pego desprevenido pela subida nos preços.

"É importante mudar hábitos que geram desperdícios. Quando você faz uma lista de compras, por exemplo, se organiza melhor o que precisamos de fato, você pode ir a supermercados diferentes, comparar preços. Tem alguns elementos sazonais que são importantes de perceber. A segunda e a terceira semana do mês são sempre melhores para as compras do que a primeira e a última pelo período do recebimento dos salários. O comércio tende a se ajustar a esse contexto e isso afeta no preço", exemplifica.

Como são gastos indispensáveis e, muitas vezes, fixos, o aumento no preço dos medicamentos pode exigir cortes em outros custos do orçamento. Ainda assim, alguns hábitos podem ajudar a mitigar os efeitos do reajuste, como explica o economista. "É indicado procurar medicamentos genéricos, que mantêm a qualidade e são mais baratos do que os

produtos dos grandes laboratórios. No caso por exemplo de idosos, que têm uma dependência maior de remédios, ou de diabéticos e hipertensos, as farmácias populares e os postos de saúde costumam fornecer os medicamentos, é importante checar a disponibilidade. Como são remédios de uso contínuo isso afeta muito na renda se for computado todo mês", afirma.

**Site:**

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/22/03/2023/p1>

# BC deve manter juros na reunião de hoje, apesar de pressão de Lula



Sindicalistas com 'cavalo de Troia' em referência ao presidente do BC, Campos Neto, na Paulista. Danilo Borges/Folhapress



Manifestantes atiram fogo no bonico, em protesto contra os juros altos. Roberto Camargo/Folhapress

**Nathalia Garcia Brasília / Lucas Bombana**

Apesar da forte pressão do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) pela redução dos juros no país, a aposta é que o Copom (Comitê de Política Monetária) do Banco Central vai manter na reunião desta quarta-feira (22) a taxa básica (Selic) inalterada -pela quinta vez seguida- no patamar de 13,75% ao ano.

Economistas ouvidos pela Folha não veem espaço para início de corte de juros antes de junho, e a maior parcela dos agentes do mercado financeiro projeta que o afrouxamento monetário comece apenas a partir do segundo semestre.

As discussões quanto a uma possível antecipação na redução de juros pelo BC começaram a ganhar força no início do mês, com reflexo nos preços dos ativos financeiros, depois que se intensificaram os temores com uma crise de crédito somada ao cenário de desaceleração da economia.

As expectativas de **inflação** para prazos mais longos, contudo, continuaram se deteriorando. Segundo o boletim Focus, divulgado pelo BC na última segunda (20), a projeção para o IPCA de 2024 avançou de 4,02% para 4,11% -já distante do centro da meta (3%).

Para 2025, a estimativa dos economistas saiu de 3,80% para 3,90%, e, para 2026, saltou de 3,790/0

para 4,00%.

"Não existe reduzir juros com projeção de **inflação** acima da meta", diz José Júlio Senna, ex-diretor do BC e chefe do Centro de Estudos Monetários do Ibre-FGV. A piora das expectativas de médio prazo é outro ingrediente citado por ele para que o colegiado do BC sustente os juros no nível atual.

Segundo o especialista, a política do BC também é norteadada hoje por juros reais de mercado muito altos, puxados por uma piora na percepção de risco-país, e pela política monetária dos EUA.

Apesar da turbulência financeira provocada após o colapso do SVB (Silicon Valley Bank), Senna ressalta que a **inflação** nos EUA continua elevada e o Fed (Federal Reserve, banco central dos EUA) não deve mudar de rota.

"Quanto mais altos os juros reais americanos, menor o grau de liberdade do Banco Central para reduzir nossos juros reais", afirma.

O principal elemento que poderia abrir caminho para o aguardado corte de juros, segundo o ex-diretor do BC, é uma reação bastante positiva do mercado financeiro à nova regra fiscal, em gestação no governo Lula.

Para o economista, uma reação "morna" poderia levar a uma pequena melhora nas expectativas e a algum alívio nos juros reais de mercado. "Mas a briga não é essa", pondera. "Os governantes não estão nessa luta para conseguir redução de dois pontos percentuais, mas uma redução de juros muito mais significativa, como levar [a taxa básica] para 7%." Nesta terça (21), Lula disse que vai "continuar batendo" para que o BC reduza a taxa de juros, afirmando que é uma irresponsabilidade manter a Selic no patamar de 13,75%.

Para Carlos Kawall, sócio-fundador da Oriz Partners e ex-secretário do Tesouro Nacional, uma melhora do lado fiscal pode levar o BC a cortar juros a partir do fim do ano.

O economista ressalta que, embora a divulgação do desenho da nova regra esteja próxima -Lula afirmou que o anúncio ficará para abril, quando voltar de viagem à China-, a efetiva implementação do marco

ainda está distante, e ele pode sofrer alterações ao longo do processo de tramitação no Congresso.

Ele também espera mudanças na meta de **inflação** -a ser definida em junho, segundo o cronograma do CMN (Conselho Monetário Nacional). Um patamar mais alto é defendido por Lula, que considera os atuais objetivos muito baixos e prejudiciais para o crescimento da economia.

"Não é que tudo mudou numa direção de redução de juro", diz Kawall, que cita também ainda uma piora no comportamento da **inflação** nos últimos meses.

Em fevereiro, o índice oficial de **inflação** do Brasil acelerou para 0,84%, com a pressão dos reajustes na área de educação. Segundo o IBGE, o IPCA passou a acumular alta de 5,60% em 12 meses. O índice segue acima da meta de **inflação** perseguida pelo BC para 2023. O centro do alvo é 3,25%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo.

O ex-secretário do Tesouro também diz não estar "nem um pouco convencido da narrativa da crise de crédito". Outro que a descarta é Reinaldo Le Grazie, sócio da Panamby Capital e ex-diretor do BC. Para ele, os credores -mercado de capitais e bancos- ficaram mais cuidadosos na aprovação de crédito.

Embora não veja risco, o economista considera que, no cenário doméstico, há a continuação de um ambiente de crédito difícil para as empresas e de comprometimento de renda das famílias -problema que já estava desenhado e que vai se agravando.

"O endividamento das famílias está nas máximas, isso é limitador para o consumo e, portanto, para a atividade econômica. O consumo já caminhava e vai continuar nessa direção de deixar de ser um impulsionador da atividade." Na avaliação de Le Grazie, a aversão ao risco que atingiu o cenário externo, coma turbulência gerada pela falência de bancos nos EUA e pelo caso do Credit Suisse, não chegou ao Brasil de maneira forte.

Quanto à questão fiscal, o ex-diretor do BC diz que a autoridade monetária pode reconhecer o esforço do governo em dare ncaminhamento à discussão e começar a preparar o terreno para, nas próximas reuniões, ver quando começará a reduzir juros. Ele estima que os cortes podem começara partir de junho, embora sua avaliação seja para agosto.

Manifestantes ateiaram fogo em cavalo de Troia" de Campos Neto

O BC foi alvo de protestos de movimentos sindicais na

véspera da decisão sobre os juros.

Entidades como CUT, Força Sindical e UGT ocuparam nesta terça-feira (21) a calçada em frente ao prédio do BC em São Paulo, na avenida Paulista, com queixas em relação ao nível atual de 13,75% da taxa Selic e aos impactos da política monetária restritiva para o crescimento da economia.

Os manifestantes levaram cartazes em que criticavam a manutenção dos juros pela autoridade monetária e pediam a saída do presidente do BC, Roberto Campos Neto, apontado no ato como "cavalo de Troia" do ex-presidente Jair Bolsonaro no governo atual -Campos Neto assumiu o cargo em fevereiro de 2019, em um mandato de quatro anos.

Durante os protestos, os presentes atearam fogo em um "cavalo de Troia" de papelão com fotos de Campos Neto e Jair Bolsonaro. Além disso, sardinhas foram assadas e distribuídas no local.

"A intenção é mostrar que os juros altos engordam os tubarões rentistas, enquanto para o povo só sobra sardinha", disse o presidente da Força, Miguel Torres.

**Site:**

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50223>

# O mistério sobre a âncora fiscal (Editorial)

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva decidiu adiar o anúncio da âncora fiscal que substituirá o teto de gastos. A proposta, apresentada a Lula na semana passada pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, deve permanecer cercada de segredo até abril, depois que o presidente e sua equipe voltarem de uma viagem oficial à China. Na avaliação de Lula, não há motivo para precipitar esse debate. "A gente não tem que ter a pressa que algumas pessoas do setor financeiro querem. Eu vou fazer o marco fiscal, eu quero mostrar ao mundo que tenho responsabilidade", disse ele, em entrevista ao portal Brasil 247.

A cautela demonstrada por Lula a respeito da proposta não é, em si, um problema. A âncora fiscal que norteará as ações do governo ao longo dos próximos quatro anos precisa ser bastante debatida antes de entrar em vigor. A experiência prévia do teto de gastos mostrou que simplicidade e clareza não são suficientes para garantir a credibilidade do arcabouço. Fixar a regra na Constituição não assegurou sua perenidade.

Ao contrário: o teto de gastos foi sistematicamente desrespeitado como se a emenda constitucional que o criou fosse uma nota de rodapé, daquelas que se pode ignorar numa leitura rápida.

O teto foi criado para ser um recurso que encaminhasse o País na direção de reformas estruturais capazes de rever o volume e a rigidez do gasto público.

Os artifícios usados para driblar o acionamento dos gatilhos em sua curta vida não deixam dúvidas de que ele fracassou.

O objetivo que guiou sua elaboração, no entanto, continua muito atual: "reverter, no horizonte de médio e longo prazo, o quadro de agudo desequilíbrio fiscal em que nos últimos anos foi colocado o governo federal", como diz a Exposição de Motivos da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 55/2016, que deu origem ao teto.

Há muitos meios de se chegar a um mesmo fim, e um amplo debate costuma expor os diferentes caminhos capazes de conduzir a ele. Mas o que parece é que não há, no governo, unidade em torno deste fim. Pouco se sabe sobre a proposta de Haddad, a não ser o fato de que ela pretende, com base em parâmetros como o crescimento econômico e a trajetória da dívida pública, limitar o avanço das despesas em momentos

de crescimento econômico e manter os investimentos em períodos de desaceleração.

Subjaz à âncora a intenção pública anunciada pelo ministro, ainda em janeiro, de reduzir o déficit do Orçamento deste ano a R\$ 100 bilhões e de zerar o déficit em 2024.

Ainda é uma incógnita saber se o arcabouço conseguirá cumprir esses objetivos, mas a mera existência dessas metas foi suficiente para que parte da cúpula do governo e de membros do PT tenha decidido boicotá-lo já no nascedouro.

Só isso explica a súbita urgência que ganhou o lançamento do novo marco para as Parcerias Público-Privadas (PPPs), único tema que teria sido levantado pelo ministro da Casa Civil, Rui Costa, durante as quase três horas em que a proposta foi apresentada por Haddad a integrantes do governo.

A cobrança pelo marco das PPPs, na avaliação da ala política, seria uma forma de impedir que a nova âncora reduza o nível de investimentos e limite o crescimento econômico. Mas a lógica está invertida. Se há algo que pode contribuir muito com esses objetivos é justamente um arcabouço fiscal crível, estável e capaz de reduzir o déficit fiscal no médio prazo e de ancorar expectativas sobre a **inflação** e os juros futuros no curto prazo, de forma a criar condições para o Banco Central reduzir a Selic e, conseqüentemente, ampliar o retorno dos investimentos e o crescimento econômico.

O que é lamentável é que o debate sobre a âncora e as preocupações que alguns expoentes do governo e do PT têm exposto não parece dizer respeito às suas regras, que podem ter alguma flexibilidade e permitir ajustes a depender das circunstâncias, mas à existência de qualquer limite para conter o avanço do gasto público. Se o objetivo é formular um mecanismo que garanta a inclusão de toda e qualquer despesa no orçamento, trata-se de um problema bem mais sério, pois remete a um modelo fracassado a que o País já foi submetido no passado recente.

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Mercado prevê Selic mantida em 13,75% e corte só no 2º semestre

**I MARIANNA GUALTER, ITALO BERTÃO FILHO e DANIEL TOZZI MENDES | WESLLEY GALZO/BRASÍLIA**

O Banco Central vem sofrendo grande pressão do governo e de alguns setores da economia para começar a reduzir a taxa Selic, hoje em 13,75% ao ano. Mas, pelo menos para a reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) que se iniciou ontem e se encerra hoje, a taxa deve permanecer como está, na visão dos analistas do mercado financeiro.

Essa projeção foi unânime entre as 45 instituições ouvidas pelo Projeções Broadcast.

Além disso, a maior parte delas (24) projeta o início dos cortes no segundo semestre; seis, ainda neste primeiro semestre; e outras 15, só em 2024. A mediana de todas as projeções aponta que a Selic deve terminar este ano em 12,5%, chegando a 10,25%, no fim de 2024, e a 9% em 2025.

Carlos Lopes, economista do Banco BV, projeta o início dos cortes da Selic no terceiro trimestre, levando o juro a 12% no fim do ano. Para ele, o cenário de **inflação** atual não permite que o Copom comece - ou mesmo sinalize - reduções nas duas próximas reuniões.

"Os núcleos (de **inflação**) seguem altos, com destaque para a **inflação** de serviços. Apesar da desaceleração do crédito, o mercado de trabalho ainda aquecido e o crescimento da renda têm ajudado a sustentar esses preços", diz. Para Lopes, a perspectiva inflacionária poderia inclusive postergar o início dos cortes, mas a incerteza com o sistema bancário no exterior "equilibrou" esse risco.

Ele pondera que a crise dos bancos ainda está no início e que seria arriscado o BC alterar sua estratégia em cima de algo que não se caracterizou, por enquanto, como um problema para a atividade econômica. O tema, porém, deve ser reconhecido nas próximas comunicações da autarquia, avalia Lopes.

Para o economista, a proposta de nova âncora fiscal tampouco deve trazer conforto para o BC. "Independentemente do desenho, a sinalização do governo é de crescimento real das despesas, ao menos no curto prazo", diz Lopes, que ressalta que o arcabouço precisará ainda ser "digerido" no

Congresso, o que torna incerto o que efetivamente será aprovado.

"ATRASADO".

O economistachefe do Banco Original, Marco Caruso, manteve a expectativa de redução da Selic a partir do quarto trimestre, para 13% no fim de 2023. Apesar do aperto nas condições de crédito com a crise da Americanas e da incerteza em torno do sistema bancário internacional, ele argumenta que não há evidências de "credit crunch" (a diminuição drástica na oferta de crédito) no Brasil.

"Vejo um encarecimento natural do crédito para pessoa jurídica e um aumento do spread para alguns patamares altos, mas, sinceramente, acho que é natural e esperado que o crédito responda à subida da Selic, foi até um pouco atrasado", diz.

O economista-chefe da Quantitas, Ivo Chermont, espera início dos cortes da Selic só em janeiro de 2024. "A **inflação** não está cedendo, o **PIB** está meio "paradão" e as expectativas estão piorando. Não se veem motivos para uma queda dos juros ao longo deste ano", argumenta.

"Vou continuar batendo", diz Lula, ao criticar o chefe do BC

Na véspera da decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) sobre a Selic, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse, ontem, que continuará pressionando o Banco Central (BC) para que reduza a taxa, hoje de 13,75% ao ano, que serve de referência para empréstimos.

"Vou continuar batendo, vou continuar tentando brigar para que a gente possa reduzir a taxa de juros", disse ao portal Brasil 247. "Uma coisa que eu acho um absurdo é a taxa de juro estar a 13,75%, num momento em que a gente tem o juro mais alto do mundo, num momento em que não existe uma crise de demanda, não existe excesso de demanda." Lula voltou a criticar a autonomia do BC e o presidente da instituição. "Eu sinceramente acho que o presidente do Banco Central não tem compromisso com a lei que foi aprovada, de autonomia do Banco Central. A lei diz que é preciso cuidar da responsabilidade da política monetária, mas é preciso cuidar da **inflação** também,

é preciso cuidar do crescimento do emprego, coisa (com) que ele não se importa", afirmou.

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Lula afirma que vai "continuar batendo" para baixar o juro



Na véspera da decisão. Lula voltou a criticar Campos Neto e a pressionar por corte de juros, atualmente em 13,75% ao ano

**RENAN MONTEIRO E MANOEL VENTURA**  
*economia@oglobo.com.br* **BRASÍLIA -**

Na véspera do anúncio da taxa básica de juros, que analistas avaliam que permanecerá em 13,75% ao ano, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva voltou a criticar o Banco Central (BC) e disse que vai "continuar batendo" para baixar a Selic. Em entrevista ontem, Lula afirmou que o presidente da autoridade monetária, Roberto Campos Neto, não tem compromisso com a lei de autonomia da instituição.

- Eu sinceramente acho que o presidente do Banco Central não tem compromisso com a lei de autonomia do Banco Central. A lei diz que é preciso cuidar da **inflação**, mas também do crescimento e do emprego, coisa que ele não se importa. Vou continuar batendo e vou continuar tentando brigar para que a gente possa reduzir a taxa de juros -disse Lula, à TV 247.

Segundo o presidente, é preciso fazer a economia brasileira voltar a crescer: - Eu acho um absurdo o juro estar em 13,75%. O BNDES está sem recurso para investimento.

Desde que assumiu, o presidente Lula tem criticado reiteradamente o presidente do Banco Central devido à taxa de juros. No início do mês, afirmou que Campos Neto deve explicações à sociedade por defender a taxa de juros de 13,75% ao ano.

Na semana passada, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado aprovou um convite para que o presidente do BC compareça à Casa para falar sobre o tema.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, também voltou a comentar ontem que a taxa básica de juros do país está "exageradamente elevada". Na opinião de Haddad, há espaço para cortes: - O Brasil está em uma situação favorável em relação aos seus vizinhos e ao resto do mundo. Nós não temos problemas geopolíticos, como a Ásia e a Europa, nossa **inflação** está mais controlada do que no resto do mundo. Nossa taxa de juros está exageradamente elevada, o que significa espaço para cortes, num momento em que a economia brasileira pode e deve decolar.

O ministro participou virtualmente ontem de um seminário do BNDES, que se tornou palco de críticas ao atual patamar dos juros no país.

-Não temos que **temer**, no Brasil, tomar as decisões corretas, tanto do ponto de vista do arcabouço fiscal quanto do ponto de vista monetário -disse Haddad.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>